

Ajustes e desajustes em Florianópolis (1890-1930)

Mirian Alves do Nascimento

Universidade Federal de Santa Catarina

miroca11@hotmail.com

Resumo: Este artigo procura mostrar as motivações para as expressivas mudanças empreendidas na cidade de Florianópolis por ocasião da passagem do século XIX até o final da terceira década do século XX. Essas transformações foram baseadas em ideologias como o positivismo, o cientificismo e os ideais burgueses com suas formas peculiares de enxergar o mundo. Aqui darei enfoque aos ideais de família, de trabalho e saúde e o quanto isso atingiu as classes pobres.

Palavras-chave: Urbanização; Trabalho; Saúde

Abstract: This article tries to show the motivations for the expressive changes undertaken in the city of Florianópolis by occasion of the passage of the century XIX to the end of the third decade of the century XX. Those transformations were based on ideologies as the positivismo, the cientificismo and the bourgeois ideals with your peculiar forms of seeing the world. Here I will give focus to the family ideals, of work and health and the as that reached the poor classes.

Keywords: Urbanization; Work; Health

Fittings and disagreements in Florianópolis (1890-1930)

A cidade de Florianópolis sofreu significativas transformações na sua paisagem no período compreendido entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Porém, as alterações não se limitaram às questões de arquitetura e urbanização. Modificações nos comportamentos e costumes daquela sociedade, sentidas durante boa parcela do século XIX, se acentuaram durante aquele intervalo. Sabemos que a abolição da escravidão e a proclamação da República aconteceram na penúltima década do oitocentos. Será que apenas estes fatos corroboraram para tais metamorfoses? Ou havia um ímpeto de mudanças generalizadas por todos os lugares? Veremos as motivações no decorrer do texto que segue.

A partir do século XIX, com a propagação das correntes científicas e dos ideais burgueses no mundo ocidental, ocorreu entre as elites uma busca por modos mais civilizados de conduta que se ancoravam nos princípios do liberalismo econômico e do positivismo. Assim, as três últimas décadas deste século são singularizadas pelos



(...) grandes desenvolvimentos técnicos e científicos que (...) deram origem a uma vigorosa fé nos postulados da ideia do progresso e racionalidade, por sua vez grandemente influenciadas pelas teorias evolucionistas de Charles Darwin e Herbert Spencer, e pelas concepções organicistas do funcionamento social herdadas do positivismo de Auguste Comte, amplamente divulgadas na época.¹

Pautados nestes conceitos, os governos em geral, num ímpeto de modernidade, concentraram-se em tomar medidas no intuito de tornar as cidades mais salubres - para resguardar as populações das várias pestes que grassavam os grandes centros e dizimavam parcelas consideráveis das populações - e mais agradáveis aos olhos.

Na Europa, o ícone das grandes transformações urbanas instauradas na *Belle Époque* foi Paris. No Brasil, embora várias cidades tenham sofrido transformações, a mais comentada e copiada foi a capital do país:(...) Rio de Janeiro, o centro irradiador do novo estado de espírito nacional deflagrado com a República – no seu ímpeto de acompanhar o modelo europeu de civilização vigente no final do século XIX.²

Aliás, durante o reinado de D. Pedro II, nota-se certo travamento para as grandes mudanças. Porém, é a partir da Proclamação da República que se abrem as portas definitivamente ao novo, ao moderno, ao civilizado.

Em Nossa Senhora do Desterro não foi diferente. Em 1894, a cidade passa a ser chamada de Florianópolis em homenagem ao republicano Marechal Floriano Peixoto. E os anseios de mudanças não param aí. Entre as elites da capital surge um entrecruzar de desejos no que diz respeito à beleza e à salubridade da cidade que perpassam pela necessidade de ajustar os comportamentos de toda a população, principalmente dos pobres, vistos como incapazes, indolentes, doentes e atrasados. Estes eram caracterizados verticalmente como indivíduos portadores de um “*não ser*”³, em oposição aos núcleos da elite que monopolizavam os serviços de transporte e comércio da região, bem como em oposição às camadas médias alfabetizadas, ligadas aos cargos públicos civis e militares, e aos profissionais liberais. Todos estes ou eram ou viriam a ser os cidadãos civilizados.

Embora seja prática corriqueira até os dias de hoje, nesta época a imprensa foi importante objeto de disseminação dos ideais de conduta da população florianopolitana: “(...) veiculava-se, nas páginas dos jornais, novos modos de comportamento, mais compatíveis com

¹ ARAÚJO, Hermetes Reis de. A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1989. p. 134.

² ARAÚJO, Hermetes Reis de. Op. Cit., p. 133.

³ Termo baseado em aula dada pela Professora Dr^aJoana Maria Pedro na disciplina “Laboratório de Estudos de Gênero e História: Oficina de Ensino”no segundo semestre de 2007.



uma cidade que desejava ser “civilizada””.⁴ Todavia, o número de alfabetizados era bem inferior ao total da população. Fato este que dificultava o enquadrar dessa parcela “ignorante” aos moldes civilizatórios aspirados também pelo poder público, amalgamado, comumente, à elite que

(...) na sua constituição, contou com o apoio de toda uma população de pequenos funcionários públicos, pequenos comerciantes e proprietários. Camada letrada que encontrava, nos jornais, formas de expansão de suas aspirações de ascensão social, expondo modelos idealizados para os novos sujeitos que se construíam.⁵

Todavia, a grande preocupação dos influentes dizia respeito ao que se pode chamar de “espaço urbano” da época, uma vez que era por ali que chegavam os visitantes e não era apropriado que estes tivessem uma má impressão da capital e, por consequência, do estado. Era também o local em que os comerciantes trabalhavam e suas famílias transitavam. As freguesias mais distantes do centro eram vistas como rurais e não exigiam os mesmos cuidados que eram priorizados às áreas que estavam sob os olhares da burguesia. Aliás, na literatura da época vemos o confronto de vivências que se encontrava na cidade. Horácio Nunes Pires, escritor contemporâneo, em sua obra *Dom João de jaqueta*,

(...) contrapõe o homem urbano, já com ares civilizados, ao interiorano grosseiro e ridículo. O autor utiliza o termo “urbanidade” como sinônimo de “civilidade”, marcando fortemente a sua visão de mundo na qual o espaço urbano é o local da polidez, do conhecimento e de uma sociabilidade tida como ideal.⁶

Foi entre os anos de 1910 e 1930 que mais se empreendeu esforços no tocante às alterações da paisagem florianopolitana. Especialmente o segundo governo de Hercílio Luz (1914-1918) marcou época por ter sido de grande vulto no que diz respeito às obras que transformaram definitivamente o cotidiano da cidade. Para que esta tivesse ares modernos achou-se necessário que se construíssem prédios sob novas concepções arquitetônicas, em oposição aos velhos prédios com expressões coloniais. As vias públicas também receberam

⁴ CARVALHO, M. M. ; OLIVEIRA, N. A. S. O infanticídio na imprensa de Florianópolis... In: PEDRO, Joana Maria (org). *Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 143.

⁵ PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: Uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994. p. 17.

⁶ MACHADO, Vanderlei. Honra e conduta: em busca da construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro (1850-1894). In: BRANCHER, Ana e AREND, Sílvia M. F. (org.) *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 100.



alterações. A crença de que a concentração do ar, impedido de circular, traria doenças para os habitantes fez com que os poderes políticos instituídos empreendessem a tarefa de alargar as ruas, fazer terraplanagens a fim de facilitar a renovação do ar o que, conseqüentemente, levaria embora os miasmas⁷ tão prejudiciais à saúde.

Novas construções de ruas se fizeram necessárias para ligar o centro a novos bairros - como a Praia de Fora, atual Beira-mar Norte -, habitados pela elite no afã de se resguardar do grande movimento de passantes e garantir uma privacidade maior nas suas chácaras.

A construção da ponte Hercílio Luz, pensada para diminuir o isolamento da ilha-capital em relação às demais cidades do estado, foi a obra que legou à posteridade a marca da modernidade traduzida em monumento. Aliás, a construção desta ponte serviu de motivo predominante para a retirada do “novo cemitério público” em 1924, que havia sido construído sob a lei Provincial 137 de 22 de abril de 1840 no “Morro do Vieira”, atual “Parque da Luz”⁸, para que não mais se depositassem os corpos dos dirigentes das irmandades sob a nave das igrejas, visto que isto estava causando desconforto e mal-estar pelo cheiro oriundo do apodrecimento daqueles. Já o local do cemitério era bem arejado e não traria problemas com os “miasmas” resultantes da matéria orgânica em decomposição. Cabe salientar que “a visão fúnebre na entrada da cidade não agradava a todos”,⁹ mas, a partir do planejamento para a construção da ponte, a necrópole foi transferida para o bairro Itacorubi, sob o nome de São Francisco de Assis.

Todavia, naquele momento, as mudanças que mais influíram nas alterações da paisagem urbana foram as que diziam respeito aos aspectos da saúde populacional. Neste ensejo, cuidou-se em fazer obras de saneamento com o intuito de canalizar o córrego que fazia fronteira entre o centro da cidade e as regiões periféricas que se traduziam nas margens do morro que compõe o Maciço. Esse córrego recebia toda sorte de dejetos produzida pelos moradores do morro onde ele nascia, bem como dos de suas margens, no seu leito, até sua foz que dava próximo ao centro da cidade. Junto à canalização do córrego construiu-se, posteriormente, a primeira avenida da cidade: Avenida do Saneamento, atual Hercílio Luz.

Outras medidas importantes dizem respeito ao cuidado, controle e isolamento dos doentes, mendigos, órfãos, idosos, ou seja, das pessoas inaptas para o trabalho. Para isso,

⁷ Higiene. Obsoleto. Emanação mefítica do solo, supostamente nociva, tida como causa de várias doenças endêmicas, como, p.ex., em certos locais, a malária, até que se viesse a conhecer a verdadeira etiologia destas. *Dicionário Aurélio – Século XXI*. Versão 3.0. Editora Nova Fronteira: 2003.

⁸ CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro – Notícia II*. Florianópolis: Lunardelli, 1972. Apud ROSA, Edna Teresinha da. *A relação das áreas de cemitérios públicos com o crescimento urbano*. Dissertação de Mestrado em Geografia – UFSC. Florianópolis, 2003.

⁹ ROSA, Edna Teresinha da. *A relação das áreas de cemitérios públicos com o crescimento urbano*. Dissertação de Mestrado em Geografia – UFSC. Florianópolis, 2003.



construíram-se prédios que comportassem essa gente e mantivessem-nas longe do convívio dos ditos “sadios e normais”. Pois as pessoas “de bem”, além de se sentirem desconfortáveis ao se depararem com mendicantes durante seus passeios pelas ruas da área urbana, nutriam certo temor por encontrar rapazes “vadios” e capoeiras perambulando pelas ruas e espaços públicos.

Então, foram promovidas ações públicas e privadas que demandassem no sentido de embelezar a cidade e conservar a saúde da população. E, embora, se tivesse a intenção de “instruir” o povo para que se comportasse de maneira civilizada, pouco esforço se empregou na sua educação até meados da segunda década do século XX.¹⁰ Ao contrário, foram criados órgãos que auxiliassem no empreendimento dos poderosos em controlar a conduta dos sujeitos que estivessem fora das especificidades desejadas, como a criação da penitenciária, em 1926, inaugurada em 1930, no bairro da Pedra Grande. Formou-se também, através de doações - de políticos e de pessoas abastadas - à Igreja e ou Irmandades, instituições assistenciais como asilos e orfanatos para o recolhimento de mendigos e órfãos já nas primeiras décadas.¹¹ Em 1919 houve a reorganização da Inspetoria de Higiene do Estado. Passou a chamar-se Diretoria de Higiene do Estado e era responsável por visitas domiciliares bem como campanhas de conscientização sobre higiene de forma mais ampla, em lugares de aglomeração do povo como casas de diversão e no teatro.¹² Esperava-se que esta desse conta da organização e manutenção dos trabalhos de conscientização e fiscalização, juntamente com a imprensa e com a polícia, no que tange ao comportamento do indivíduo em relação aos bens privados e públicos como a sua casa, seu quintal e as ruas da cidade, bem como à sua conduta nos relacionamentos sociais.

Procurou-se disseminar padrões ideais de comportamento para toda a população a partir dos ideais burgueses. O homem devia ser o provedor da família, pagar suas contas, cumprir seu compromisso no relacionamento com a mulher de mesmo nível social, diga-se de passagem. Zelar pela honra da família no que diz respeito aos cuidados com as mulheres parentes e seus relacionamentos amorosos. A seguir, pode-se ver um necrológio que resumia as qualidades pretendidas no varão:

O Sr. Thomaz Esteves Fragoso de inteligência clara, homem sisudo, honrado e prestimoso, se dedicou ao comércio com a atividade que lhe era própria, e sem fixar os olhos na ambição, pode viver, sem ser pesado a seus amigos,

¹⁰ ARAÚJO, Hermetes Reis de. Op. Cit., p. 115.

¹¹ ARAÚJO, Hermetes Reis de. A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1989. p. 57.

¹² Idem. P. 177-178.



livre da miséria, deixando ainda com que enxugar as lágrimas e mitigar a fome e estancar a sede de alguém. Muito e muito religioso serviu sempre com indizível prazer os cargos de Provedor, Tesoureiro das Irmandades da matriz daquela cidade, e nada poupava para o esplendor do culto Divino, em quem se distinguia em solicitude. Serviu mais suplente do Delegado daquele termo, e ultimamente de vereador da câmara.¹³

Às mulheres cabia preservar sua honra, ou seja, manter-se casta até o casamento. O seu trabalho não era visto com importância pela sociedade e ela praticamente existia em função da relação com determinado homem. Toda vez que se fazia referência a elas havia uma espécie de título atrelado: *mulher amante, filha, irmã, esposa, mãe, avó*.¹⁴ A dominação sobre as mulheres era demasiado importante. Além dos mecanismos familiares de controle, a comunidade, a imprensa, bem como a polícia se fazia presente na tarefa de repressão à mulher transgressora. Aborto ou infanticídio descoberto era noticiado de forma alarmante, pois estavam baseados em comportamentos sexuais desviantes. Serviam de exemplo para educar as “moças de família”. À mulher, cabiam os cuidados para que o fruto de seu ventre prosperasse para a perpetuação da família burguesa.

Entretanto, de forma geral, a mentalidade da burguesia estava baseada nas relações mercantis do trabalho. Uma vez que a abolição da escravidão e a ascensão do trabalho assalariado aconteceram, os trabalhadores domésticos já não necessitavam morar nas casas dos patrões. Assim, com poucos recursos, eles procuravam habitações coletivas para morarem quando sozinhos, ou faziam casinhas pequenas para viverem com suas famílias. Para a estética burguesa esse tipo de construção tornava a cidade feia e, além disso, servia de criadouros de moléstias que ameaçavam constantemente a saúde da população, pois esta “gente” teimava em não ser civilizada. Se estas habitações se encontravam no centro, próximas às residências da elite, tanto pior. Eram uma ameaça constante, pois

As classes pobres e viciosas, diz um criminalista notável, sempre foram e não de ser sempre a mais abundante causa de todas as sortes de malfetores: são elas que se designam mais propriamente sob o título de – classes perigosas –; pois quando mesmo o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se à pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, o que é pior, pela ociosidade.¹⁵

¹³ MACHADO, Vanderlei. Honra e conduta: em busca da construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro (1850-1894). In: BRANCHER, Ana e AREND, Sílvia M. F. (org.) *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 85.

¹⁴ PEDRO, Joana Maria. Op. Cit. p. 17.

¹⁵ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 21.



Com estes conceitos difundidos entre os abastados, não nos assombra o fato de que estes só suportavam a presença dos trabalhadores pobres nos momentos em que utilizavam sua mão-de-obra. Assim, todo o tempo livre dos desfavorecidos devia ser gozado longe do povo “civilizado”. Segregavam os impossibilitados de trabalhar como vimos acima. Realizavam uma verdadeira cruzada contra os “ociosos”: prostitutas, capoeiras, jogadores, etc. Se esmeravam em fazer com que as instituições públicas desapropriassem trabalhadores, como vemos neste artigo de jornal num dos casos raros de crítica aos desmandos do governo:

(...) esbarrava-se meu olhar na destruição da antiga “cidade nova” onde era o refúgio e o abrigo dos pobres que, quer queiram quer não, fazem parte do povo, assistindo-lhes o direito de viverem como qualquer abastado cidadão, no centro de uma cidade. Nessas pequenas casas residiam cooperantes do progresso tais como pedreiros, carpinteiros, broquiadores etc. (...), os quais foram dali arrojados para viverem nas matas pois seus salários não lhes dão para pagarem casas de 50-60\$000. Causa-me estranheza que isso aconteça no nosso pequeno Estado, quando vejo o Exmo. Ministro da Agricultura empregar os maiores esforços em arrancar das nossas matas os indígenas nossos semelhantes e patrícios para trazê-los ao meio social, domesticando-os, nós aqui mandamos que vivam nas matas os nossos infelizes e pobres operários pelo fato de serem pobres. A desculpa ou razões que se deram para demolição da “cidade nova” foi ficar muito feio aqueles cortiços ao lado do novo congresso, onde se assentaria um jardim ou far-se-ia um decente largo.¹⁶

No ano de 1910, firme no propósito de fazer de Florianópolis uma cidade “moderna e civilizada”, o governo põe em vigor determinações que garantam a desapropriação de prédios e casas “antigas”, posteriormente destruídas para a edificação de outros novos, bem como a construção da Avenida do Saneamento. Coisa curiosa é perceber ser possível encontrar entre os trabalhadores envolvidos nas demolições os mesmos que perderam as suas casas e num segundo momento participaram das construções das edificações substitutas às suas moradias. Neste momento há um esvaziamento das populações pauperizadas no centro da cidade e um conseqüente êxodo destas para as regiões de encostas do Maciço, dando-se aí o surgimento de favelas na capital. Como se pode ver na fala do Superintendente Municipal em mensagem apresentada ao Conselho Municipal, sessão ordinária de abril de 1921, pelo Capitão João Pedro de Oliveira Carvalho:

¹⁶ Jornal *O Clarão*, 24/09/1911, p.2. Apud NECKEL, Roselane. A República em Santa Catarina: Modernidade e exclusão (1889 –1920). Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. p. 68.



(...) continua sem resolução o sério problema da escassez de habitações, máxime de habitações baratas destinadas às classes sociais de pequenos recursos (...) situação que já vem demasiadamente prolongada e cada vez mais agravada pelas demolições que têm sido feitas para atender ao saneamento e embelezamento da cidade (...). O executivo municipal, atendendo a situação verdadeiramente premente da população, tem permitido, a construção sem maiores exigências arquitetônicas, no “Morro do Antão” e nas ruas da periferia da cidade, de pequenas casas para moradia de gente modesta.¹⁷

Os conceitos negativos atribuídos pela burguesia aos pobres “classes perigosas” eram uma espécie de título que abarcavam todos os demais: vadio, bandido, feio, desqualificado, vicioso, preguiçoso e doente. Assim, não deve nos causar estranhamento quando, por ocasião do surgimento de alguma peste na cidade, as autoridades fizessem como o fez o diretor de Higiene do estado, Antônio Bottini, em relatório de 1930:

Procurando as causas da gênese da Febre Tifóide nesta capital, tive o dissabor de verificar esse estado lamentável em que se encontra a cidade, já ameaçada do tifo epidêmico (...). Acontece que nas fraldas dos morros (...) os dejetos são atirados à superfície do solo, donde as chuvas e as moscas se encarregam de espalhar, contaminando outros pontos. (...) As duas zonas supracitadas recebem dos pontos elevados águas pluviais poluídas, porque levam o solo contaminado de materiais fecais e outros detritos das encostas dos morros, onde se erguem numerosas casas de gente humilde que vive sem observar o mínimo preceito de higiene lançando a superfície da terra todos os dejetos.¹⁸

Porventura se pode imaginar que os poderosos tivessem, por trás da segregação, alguma espécie de revanchismo em virtude de algum movimento social popular sucedido na cidade, a exemplo da Revolta da Vacina acontecida no Rio de Janeiro, em 1904. Porém, não me consta que essa suspeita tenha algum fundamento. Embora se evitasse, a todo custo, a reunião de gente humilde em lugares públicos. Então, resta-nos pensar que todos os motivos levantados pelas autoridades para expelir da região central os “elementos indesejados” serviram de forma justa aos anseios da elite em expulsar a gente pobre do centro da cidade pelo simples fato de não quererem conviver com estes em demasia, somente o tempo extremamente necessário: o tempo do trabalho.

¹⁷ Jornal República, 29/04/1921, p. 2.

¹⁸ Relatório sobre febre tifóide em Florianópolis, apresentado pelo dr. Antônio Bottini ao Exmo. Sr. Interventor-Geral Assis Brasil, junho/1932. Apud NECKEL, Roselane. A República em Santa Catarina: Modernidade e exclusão (1889 –1920). Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. p. 91.



Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1989.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, pp. 15 – 59.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. O motim do vintém e a cultura política do Rio de Janeiro em 1880. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/FAPESP, vol. 10, nº 20 mar. – ago. 1991.

MACHADO, Vanderlei. Honra e conduta: em busca da construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro (1850-1894). In: BRANCHER, Ana e AREND, Sílvia M. F. (org.) *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 2001.

NECKEL, Roselane. *A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889 –1920)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

PEDRO, Joana Maria (org). *Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. pp 167 – 231.

ROSA, Edna Teresinha da. *A relação das áreas de cemitérios públicos com o crescimento urbano*. Dissertação de Mestrado em Geografia – UFSC. Florianópolis, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993, pp. 13 – 75.

Fontes primárias:

Jornal República, 29/04/1921, p. 2.

Relatórios de Presidentes de Província. Disponível em <http://www.crl.edu/content/provopen.htm>, Acesso em 28/10/2008, 19h16min.

